

Orçamento pode ser votado ainda hoje pelo Congresso

CORREIO BRAZILIENSE

A mesa do Congresso Nacional prevê para a sessão de hoje pela manhã a votação, em plenário, do substitutivo da Comissão Mista de Orçamento à Lei Orçamentária para 1992, motivo maior da convocação extraordinária da Casa após expirado o prazo para encerramento da sessão legislativa. Apesar disso, até as 21h de ontem, o parecer do relator-geral, deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), ainda não havia sido aprovado pela comissão, pois a grande maioria de seus membros encontrava-se na sessão da Câmara.

Mas o presidente da Comissão de Orçamento, senador Ronaldo Aragão (PMDB-RO), mantinha-se otimista com relação à aprovação do relatório geral ainda ontem à noite. "Nós temos que votar a matéria hoje (ontem) para que ela esteja em plenário amanhã (hoje)", afirmou, lembrando que o

relator-geral teve o cuidado de compatibilizar os interesses. Aragão passou toda a tarde de ontem tentando mobilizar os parlamentares para o início da sessão, mas esbarrou nas atenções dos deputados à votação do projeto de rolagem das dívidas estaduais no plenário.

Para aprovar seu parecer, Fiúza conta com as alterações promovidas por ele no projeto enviado pelo Governo e nos relatórios parciais. O relator-geral buscou atender às reivindicações dos partidos de oposição, dotando com mais recursos as áreas de educação, agricultura e ciência e tecnologia. Para a agricultura ele lançou mão de uma verba adicional de Cr\$ 60 bilhões; para a educação, Fiúza reservou mais Cr\$ 45,5 bilhões, sendo Cr\$ 20 bilhões para o custeio das universidades, Cr\$ 10 bilhões para investi-

timento, Cr\$ 5 bilhões para os principais programas científicos e Cr\$ 10,5 bilhões para o programa de Crédito Educativo. Para o setor de ciência e tecnologia, o relatório geral propõe o aporte de recursos adicionais da ordem de Cr\$ 20 bilhões.

Com isso, apesar das objeções levantadas pelo PT, Fiúza acredita ser possível aprovar seu relatório sem maiores acidentes de percurso, apostando num documento de fundo altamente político e facilmente aprovável na Comissão de Orçamento, visto que grande parte dos seus integrantes pertencem justamente ao bloco governista, do qual o relator-geral é líder. "Ele não quis se arriscar, preferindo elaborar um documento que não revoltasse a oposição nem desgostasse os lobistas", avaliou um assessor parlamentar.

Quanto recebe cada um

O orçamento global, resultante do projeto do relator-geral Ricardo Fiúza distribui assim os recursos:

— Câmara dos Deputados	Cr\$ 667 bilhões
— Senado	Cr\$ 522 bilhões
— Tribunal de Contas da União	Cr\$ 171 bilhões
— Supremo Tribunal Federal	Cr\$ 116 bilhões
— Superior Tribunal de Justiça	Cr\$ 230 bilhões
— Justiça Federal	Cr\$ 1 trilhão
— Justiça Militar	Cr\$ 50,2 bilhões
— Justiça Eleitoral	Cr\$ 261 bilhões
— Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	Cr\$ 118 bilhões
— Presidência da República	Cr\$ 10,2 trilhões
— Ministério da Aeronáutica	Cr\$ 6,2 trilhões
— Ministério da Agricultura e Reforma Agrária	Cr\$ 7,5 trilhões
— Ministério da Ação Social	Cr\$ 7,3 trilhões
— Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento	Cr\$ 14 trilhões
— Ministério da Educação	Cr\$ 11,8 trilhões
— Ministério do Exército	Cr\$ 4,7 trilhões
— Ministério da Infra-Estrutura	Cr\$ 10 trilhões
— Ministério da Justiça	Cr\$ 1,3 trilhão
— Ministério da Marinha	Cr\$ 5,1 trilhões
— Ministério Público da União	Cr\$ 192 bilhões
— Ministério das Relações Exteriores	Cr\$ 856 bilhões
— Ministério da Saúde	Cr\$ 20 trilhões
— Ministério do Trabalho e da Previdência Social	Cr\$ 78,4 trilhões
— Encargos financeiros da União	Cr\$ 219 trilhões
— Encargos Previdenciários da União	Cr\$ 13,8 trilhões
— Transferência a estados, municípios e Distrito Federal	Cr\$ 40,8 trilhões
— Operações oficiais de crédito	Cr\$ 15,1 trilhões
— Entidade em extinção, dissolução ou privatização	Cr\$ 161 bilhões
— Reserva de contingência	Cr\$ 1,4 trilhão
— Total do orçamento para 1992	Cr\$ 470,944 trilhões